

O lugar dos povos indígenas na história do Brasil e em Alagoas: breves reflexões

SANTOS, Taysa Kawanny Ferreira¹

SANTOS, Inalda Maria dos²

RESUMO

Este texto busca evidenciar algumas reflexões sobre os povos indígenas na História do Brasil e em Alagoas. Neste sentido a pesquisa tem como objetivo analisar os processos de silenciamento ocorridos ao longo da História do Brasil e especificamente em Alagoas. Teve como abordagem metodológica a pesquisa qualitativa e ancorou-se nos pressupostos da fenomenologia-hermenêutica porque objetivou evidenciar os significados atribuídos pelos sujeitos ao fenômeno pesquisado. Tratou-se de um estudo de caso em que se adotou uma postura etnográfica de pesquisa, na intenção de valorizar a escuta, as observações e o respeito às práticas culturais.

Povos indígenas. História. Resistência.

The place of indigenous people in the history of Brazil and in Alagoas: brief reflections

ABSTRACT

This text seeks to highlight some reflections on indigenous peoples in the history of Brazil and in Alagoas. In this sense, the research aims to analyze the silencing processes that occurred throughout the history of Brazil and specifically in Alagoas. The methodological approach was based on qualitative research and was based on the assumptions of phenomenology-hermeneutics because it aimed to highlight the meanings attributed by the subjects to the researched phenomenon. It was a case study in which an ethnographic research stance was adopted, with the intention of valuing listening, observations and respect for cultural practices.

Indian people. History. Resistance.

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Alagoas. E-mail: taysakawanny2011@hotmail.com Lattes: ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3235-7341>.

² Doutora em Educação (2008). Professora da Pós-graduação da UFAL. E-mail: inaldasantos@uol.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3709372442003235>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5520-2668>.

El lugar de los pueblos indígenas en la historia de Brasil y en Alagoas: breves reflexiones

RESUMEN

Este texto busca resaltar algunas reflexiones sobre los pueblos indígenas en la Historia de Brasil y en Alagoas. En este sentido, la investigación tiene como objetivo analizar los procesos de silenciamiento que ocurrieron a lo largo de la historia de Brasil y específicamente en Alagoas. El enfoque metodológico se orientó en la investigación cualitativa y se basó en los supuestos de la fenomenología-hermenéutica porque pretendía resaltar los significados atribuidos por los sujetos al fenómeno investigado. Fue un estudio de caso en el que se adoptó una postura de investigación etnográfica, con la intención de valorar la escucha, las observaciones y el respeto por las prácticas culturales.

416

Pueblos indígenas. Historia. Resistencia.

Il posto delle popolazioni indigene nella storia del Brasile e di Alagoas: brevi riflessioni

SINTESE

Questo testo cerca di evidenziare alcune riflessioni sulle popolazioni indigene nella storia del Brasile e in Alagoas. In questo senso, la ricerca mira ad analizzare i processi di silenziamento che si sono verificati nella storia del Brasile e in particolare ad Alagoas. L'approccio metodologico si basava sulla ricerca qualitativa e si basava sui presupposti della fenomenologia ermeneutica perché intendeva evidenziare i significati attribuiti dai soggetti al fenomeno indagato. È stato un caso di studio in cui è stata adottata una posizione di ricerca etnografica, con l'intenzione di valutare l'ascolto, le osservazioni e il rispetto delle pratiche culturali.

Popoli indigeni. Storia. Resistenza.

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta algumas reflexões sobre o lugar dos povos indígenas na História do Brasil e em Alagoas e a interculturalidade como elementos orientadores para pensar os processos de resistência, a partir da história dos povos indígenas. Essa reflexão se constitui parte da pesquisa de doutoramento que objetiva analisar os processos de silenciamento ocorridos ao longo da história do Brasil e em Alagoas.

A abordagem metodológica que orienta a pesquisa, e, este estudo, ancora-se nos pressupostos da pesquisa qualitativa, pois pressupõe a sua realização a partir de dados oficiais referente sobre os povos indígenas, utiliza a descrição, valoriza o processo e evidencia os significados atribuídos aos fenômenos pelos sujeitos com quem desenvolvemos a pesquisa (BOGDAN e BIKLEN, 1994). O método que sustenta a investigação em desenvolvimento é a fenomenologia-hermenêutica, que, “possibilita conhecer as coisas em si mesmas que se religam ao mundo na interpretação evidenciada pelo pesquisado” (LUCINI, 2016, p. 41).

O estudo de caso, aqui tratado com uma postura etnográfica, contribui para que os fenômenos individuais, os processos organizacionais e políticos da sociedade sejam mais bem-compreendidos. É uma ferramenta utilizada para se entender à forma e os motivos que levaram a determinada decisão. Conforme André (2005, p. 42), “o estudo de caso etnográfico possibilita uma visão profunda e ao mesmo tempo ampla e integrada de uma unidade complexa; por outro lado, demanda um trabalho de campo intenso e prolongado, o que requer tempo e recursos por parte do pesquisador”.

A abordagem comum sobre os povos indígenas no Brasil resulta de um jogo de poder desqualificando essas sociedades, considerando-as como incapazes de gerir os próprios destinos de forma autônoma. “A historiografia propagou a visão do indígena como um ser inocente, bestial, coitadinho, sem história e que caminhava para o seu desaparecimento”, na concepção de Varnhagem (MONTEIRO, 2001, p. 126). A partir da abordagem de Adolfo Varnhagem, historiador positivista, eurocêntrico e etnocêntrico do século XIX, consagrou-se uma percepção sobre os indígenas fundamentada em imagens preconceituosa e europeizada, ideias que se perpetuaram ao longo dos anos, uma vez que muitos indígenas não apresentavam mais as características físicas dos seus antepassados, de uma leitura sobre o indígena no passado colonial congelado.

De acordo com Monteiro (1994), os índios foram objeto de um intenso debate que atravessou o século XIX, antepondo a postura do historiador Adolfo Varnhagen a uma vertente mais filantrópica, inspirada, sobretudo, em José Bonifácio. Se a tensão entre aqueles que promoviam a assimilação e os que patrocinavam a exclusão dos índios remetia aos conflitos que brotaram entre agentes coloniais no século XVI, foi certamente aprofundada pelas mudanças institucionais introduzidas a partir da década de 1840 com o Regimento das Missões em 1845 e a Lei de Terras 1850. Medidas legais que impactaram sobremaneira os povos indígenas habitantes nas áreas mais antigas da colonização, a exemplo do atual nordeste brasileiro (SILVA, E. 2017).

Ressalto ainda que os indígenas sempre foram vistos como os incapazes necessitando da tutela do Estado para guiá-los nas suas decisões; outro ponto a se destacar, é que os indígenas impactados pela colonização e estudiosos disseminavam a ideia que os índios seriam extintos ou assimilados pelo contexto nacional.

A prática de reunir povos indígenas em diversas regiões no Brasil para tratar de pautas comuns que incidem sobre os direitos assegurados na legislação brasileira em vigor a partir da década de 1970 - momento mais visível das mobilizações sociopolíticas indígenas - resulta de um contexto de mudanças socioculturais que ocorrem desde a década anterior em nosso país.

É necessário aprofundar os conhecimentos sobre a história indígena em Alagoas, levando-se em consideração a produção bibliográfica e principalmente, recorrendo à memória dessas populações, pois em muito expressam a afirmação da existência indígena na atualidade. Walter Benjamin (1994) discutiu o valor da experiência para a história, no texto denominado *O narrador*. A partir desta perspectiva, considero por narrador entre os povos indígenas, aquelas pessoas guardiãs dos relatos das memórias, que não se referem apenas ao seu tempo, nem ao seu campo de ações individuais, mas às experiências vividas e/ou partilhadas pelo grupo social.

A partir da década de 1970, principalmente após a promulgação da Constituição Federal em 1988, a denominada “nova história indígena”, como um exercício reflexivo embora de forma lenta e gradual, sobre o protagonismo dos povos indígenas, exige uma nova abordagem e uma reavaliação sobre a história desses povos.

O século XIX será central para entender a história e a escrita sobre os povos indígenas no espaço que se convencionou chamar de Brasil. De um lado, tem-se uma série de políticas promovidas pelo Estado Imperial, referente à propriedade privada e ao trabalho (CUNHA, 1998) e, de outro, a criação e a construção da chamada “história oficial”, por meio da fundação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) (GUIMARÃES, 1988). Percebe-se que a história busca compreender dimensões formativas; assim, os conhecimentos indígenas têm importância na vida social. É por meio dos diversos atos educativos que se compreende a experiência humana, as tradições e os diversos valores apresentados por homens e mulheres que contribuíram para um processo educativo.

O lugar dos povos indígenas na História no Brasil e em Alagoas

As primeiras produções relativas à temática indígena apresentam visões equivocadas quanto ao papel dos índios na História do Brasil, concebendo-os como passivos, inertes ou mesmo incapazes de promover qualquer ação efetiva contra o projeto colonial. Entre as obras que apresentam essas concepções na segunda metade do século XX, destaco dois grandes estudiosos: Darcy Ribeiro e Gilberto Freyre. Estes autores influenciaram e continuam a influenciar o imaginário social do Brasil e a visão sobre o lugar e o papel dos povos indígenas na História. Dentre suas obras, encontram-se os livros: *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno* (1996) e *O povo brasileiro* (2006), de Darcy Ribeiro e o livro *Casa grande e senzala* de Gilberto Freyre (2004).

Nos últimos anos, evidencia-se uma nova abordagem sobre os indígenas. Os estudiosos da temática passaram a compreender os indígenas como sujeitos sociopolíticos. Nesse contexto, destacam-se os estudos de Maria Regina Celestino de Almeida (2010), John Monteiro (1995), Manuela Carneiro da Cunha (1992), João Pacheco Oliveira (2011) e Gersem Baniwa (2006), este último um pesquisador indígena. Estes autores têm elaborado reflexões e provocado questionamentos sobre os povos indígenas no Brasil, nas Ciências Sociais e Humanas e, mais recentemente, na Educação. Ao articularem o ensino com as histórias das populações indígenas, os pesquisadores evidenciam as estratégias, as formas de resistências e as negociações entre os vários sujeitos sócio-históricos.

Esses estudos buscaram evidenciar os movimentos dos sujeitos indígenas nos diferentes processos históricos. Contudo, entendo que o conhecimento histórico é temporal, parcial e estará sempre em construção e em movimento. Um conhecimento sempre aberto a novas leituras e interpretações. Nesse sentido, a história indígena deve ser considerada como movimento, pensada a partir de suas permanências e transformações internas em interação com outros grupos humanos sem perder de vista suas especificidades.

Segundo John Monteiro (1995), ao analisar a história indígena no Brasil, nessa perspectiva ocorria uma virtude de ser “sustentada por sucessivas correntes do pensamento social brasileiro” (MONTEIRO, 1995, p. 66). Existe uma lacuna sobre a história indígena, inclusive uma história construída a partir do índio enquanto agente nos processos históricos.

Nesta grande reavaliação das sociedades indígenas e das políticas indigenistas, a historiografia tem e terá um papel fundamental, decisivo até. Pois cabe aos historiadores, através de uma revisão séria das abordagens vigentes que relembram os índios a um papel fugaz e mal explicado no início da colonização, que reservam aos mesmos índios um

enquadramento etnográfico e não histórico ou, ainda, que os reduzem a meras vítimas do inexorável processo da expansão europeia, não apenas resgatar mais esses 'esquecidos' da história, mas antes redimir a própria historiografia de seu papel conivente na tentativa fracassada de erradicar os índios (MONTEIRO, 1995, p. 227).

Estudar a história dos povos indígenas significa perceber o que se refere às experiências históricas da Educação Escolar Indígena no Brasil e seus modos de vida, aspectos muito importantes ligados aos índios e às suas memórias. É importante lembrar que no Brasil, desde o século XVI, a oferta da Educação Escolar Indígena esteve pautada numa perspectiva integracionista. Porém, a Constituição Federal aprovada em 1988, alterou essa perspectiva de relacionamento com as culturas indígenas e, nas décadas recentes, foram surgindo diferentes experiências de organização da Educação Escolar Indígena.

De acordo com a pesquisadora Maria Aparecida Bergamaschi (2012, p. 10):

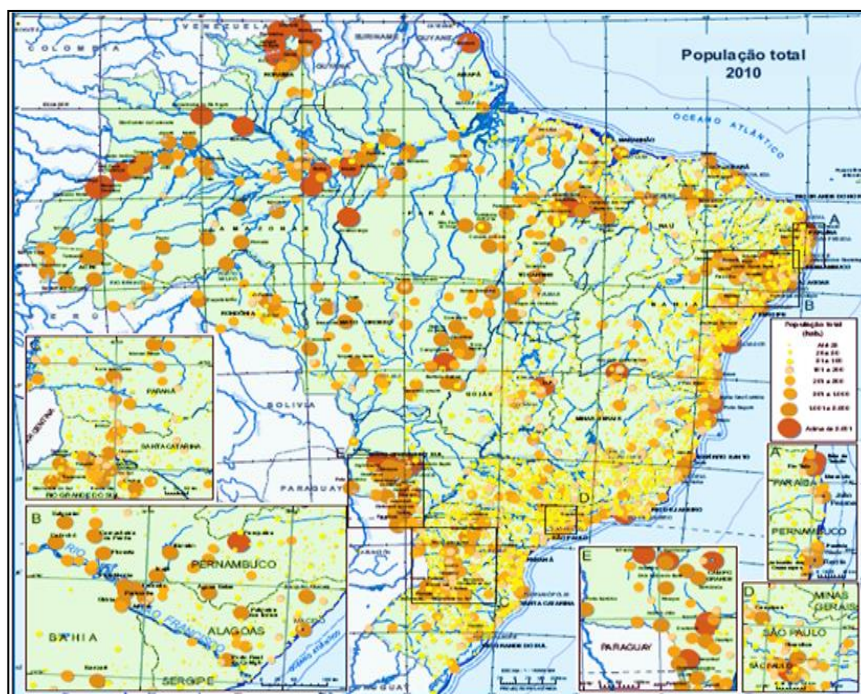
Estudar a história e os modos de vida dos povos indígenas nos aproxima de aspectos importantes da nossa ancestralidade. Mas igualmente, esses povos querem se mostrar na atualidade, querem dialogar com as sociedades não indígenas que os cercam e escolheram a escola nas aldeias para aprender o sistema de vida fora delas, com o qual necessitam cada vez mais manter relações estreitas de contato: quer para a comercialização do artesanato, quer para usufruir de políticas públicas a eles dirigidas, como a saúde, o acesso à terra e demais bens.

Nesse sentido, na pesquisa, considere, a partir dos autores mencionados, que os indígenas constroem a si mesmos. Contudo, essa construção faz-se também com outros movimentos, como o processo de catequização dos Jesuítas. Embora esse processo seja compreendido como um confronto antipedagógico imposto aos povos indígenas a partir do início da colonização portuguesa no Brasil no século XVI. As afirmações de José Nunes de Oliveira, portanto, contribuíram com a ideia de que os povos indígenas são históricos, com suas memórias e história, sobretudo quando ele afirmou que: "a memória é tudo aquilo que a gente vê e escuta, e mais, ela tem sabor!". Por isso, considero importante evidenciar as memórias a partir do protagonismo de diferentes povos indígenas materializadas nas narrativas de índios mais idosos, considerado Guardião das tradições Kariri-Xocó.

Mas quem são os povos indígenas no Brasil? Segundo os dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010), são cerca de 900.000 indivíduos habitantes, 225 povos indígenas, que

contabilizam 190 línguas distintas em todo o território brasileiro e representam atualmente 4% da população brasileira (BRASIL, 2010) (Figura 1). São povos que contribuem decisivamente para pensar essa diversidade étnico-cultural no país.

Figura 1 - Representação das populações Indígenas existentes no Brasil



Fonte: Censo Demográfico do IBGE (BRASIL, 2010).

Como observado na figura 1, a população indígena no Nordeste cresceu consideravelmente. Isso ocorreu porque nos últimos anos mais povos indígenas têm reafirmado suas identidades e reivindicado direitos como à conquista de territórios com pautas referentes à garantia de uma Educação Escolar Indígena diferenciada.

A Constituição Federal de 1988, afirma que a Educação é um direito público subjetivo, sendo responsabilidade do Estado a sua oferta gratuita. Desse modo, o poder público não pode se furtar da responsabilidade da educação gratuita, inclusive para aos povos indígenas, para as quais a Lei assegura, também, um tratamento diferenciado. A educação é um processo que ocorre de modos distintos e por meio de pedagogias e instituições próprias de cada cultura, a Constituição reconhece em relação aos indígenas, no Artigo 231, “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições”, e no Artigo 210, § 2º “utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”.

Pensar as populações indígenas no Brasil implica considerar as diversas produções acadêmicas no campo da Antropologia, como também no campo da História do Brasil e nas três formas de abordagem referentes aos

povos indígenas: a primeira abordagem assume uma perspectiva exterminacionista, a segunda, assimilacionista, e a terceira abordagem, reconhece os indígenas como sujeitos da sua própria história. Portanto, são escritas diferentes e histórias diferentes em que os próprios indígenas ocuparam/ocupam também lugares diferentes na História do Brasil.

A perspectiva exterminacionista marca um longo período histórico no qual predominou a violência física, concretizada em práticas chamadas genocidas³, legalmente autorizadas pelo governo português. O genocídio pode ser conceituado como forma de eliminação de coletividades de pessoas e caracteriza-se pela destruição física ou mental de grupos étnicos, conforme está explícito no Artigo 3º da Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU), aprovada em Paris, em 1948.

A perspectiva assimilacionista prevaleceu por longo tempo no pensamento antropológico, considerou-se que os índios integrados à colonização tornavam-se indivíduos aculturados⁴ e passivos e que, junto com a guerra, perdiam culturas, identidades étnicas e todas as possibilidades de resistência (ALMEIDA, M., 2010).

Tal concepção teórica, atualmente, é bastante questionada, mas teve ampla aceitação num tempo em que os historiadores e antropólogos estavam afastados em campos de estudos nitidamente distintos. Culturas, identidades étnicas, relações culturais e vários outros temas relacionados ao cotidiano de pessoas comuns de povos não ocidentais eram assuntos de antropólogos e, em geral, estudados num plano sincrônico, isto é, sem considerar os processos de mudanças.

Uma terceira perspectiva reconhece os indígenas como sujeitos de sua própria história e o modo como sua cultura tem se constituído no Brasil. Esse protagonismo indígena só pode ser percebido a partir de suas próprias experiências e lembranças indígenas socializadas pela narrativa. Para Walter Benjamin, “a relação ingênua entre o ouvinte e o narrador é dominada pelo interesse em conservar o que foi narrado. Para o ouvinte imparcial, o importante é assegurar a possibilidade da reprodução” (BENJAMIN, 1994, p. 210), ou seja, o papel do ouvinte é registrar as narrativas indígenas e possibilitar maior visibilidade à sua participação ativa na construção de sua história. Essa abordagem emergiu no fim do século XX e início do XXI, com outras abordagens teóricas e metodológicas que questiona o discurso do

³ Durante muito tempo, portanto, nos estudos sobre a História do Brasil, além das referências ao índio apenas nos primeiros anos da colonização, predominou a visão sobre os povos nativos como vitimados pelos inúmeros massacres, extermínios, genocídios e etnocídio provocados pelas invasões e colonização dos portugueses e outros povos vindos da Europa a partir de 1500 (SILVA, E., 2015).

⁴ Aquele povo ou indivíduo que passou por um processo de aculturação, substituindo sua cultura por outra.

provável desaparecimento e extinção dos índios. Nessa perspectiva, “um dos fatores preponderantes que influenciou essas outras produções acadêmicas foi a mobilização dos povos indígenas pelo reconhecimento das suas identidades específicas no cenário nacional”, no âmbito da abertura política para um novo projeto, a redemocratização do país (ALMEIDA, M., 2010, p. 160).

A partir das mobilizações indígenas é possível perceber que os povos indígenas conquistaram seus espaços nas últimas décadas enquanto sujeitos sociopolíticos, exigindo novos olhares referentes às pesquisas e reflexões acerca desses povos. Por outro lado, ainda é possível perceber os preconceitos, o desconhecimento e os equívocos em nossa sociedade.

Nesse sentido o protagonismo indígena, com o foco nas memórias e na história narrada e expressa o sentimento de pertencimento pelos territórios indígenas, pois acredito, como Alfredo Bosi (1994, p. 63), que “nas tribos primitivas, os velhos são os guardiões das tradições, não só porque eles as vivenciaram mais cedo que os outros, mas também porque só eles dispõem do lazer necessário para fixar seus pormenores”.

No livro *Lembranças de velhos*, a Maurice Halbwachs (2003) na obra *A memória coletiva* e Michael Pollak (1989) com seu texto *Memória, esquecimento e silêncio*, para pensar as memórias atreladas à elaboração de subsídios didáticos produzidos pelos próprios indígenas na construção da sua própria história.

Para Bosi (1994, p. 39), “se as lembranças às vezes afloram ou emergem, quase sempre é uma tarefa, uma paciente reconstituição. Há no sujeito plena consciência de que está realizando uma tarefa”. Portanto, as memórias são um dos passos principais para entender todo o processo vivenciado pelos indígenas, de sua reconstituição e afirmação como sujeitos históricos.

Nesse ponto, Halbwachs (2003) estabeleceu uma distinção entre a “memória histórica”, pressupondo a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetada sobre o passado reinventado, e a “memória coletiva”, que se refere a uma releitura do passado. Entre essas duas direções da consciência coletiva e individual ocorrem às diversas formas de memória, que se alteram conforme as intenções visadas.

O pesquisador Michael Pollak (1989) enfatizou a força dos diferentes pontos de referência que estruturam a memória e a inserem na memória da coletividade a que pertencem. Quando se trata de memórias, o autor afirmou que elas estão em disputas, sendo essas a predileção atual dos pesquisadores sobre as memórias, em detrimento aos fatores de continuidade e de estabilidade, o que deve ser relacionado com as batalhas da memória a que

se assiste, assumindo uma amplitude particular nos últimos 15 anos na Europa. Esquecimento, segundo Pollak (1989), faz parte da trajetória humana na qual os sujeitos estão inseridos. No caso do silêncio, existem razões bem complexas, pois para relatar sofrimentos, uma pessoa precisa, antes de qualquer coisa, encontrar uma escuta. O autor exemplificou o caso do Holocausto, quando, em seu retorno, os deportados encontraram efetivamente essa escuta. A deportação evocou necessariamente sentimentos ambivalentes, até mesmo de culpa e isso também, nos países vencedores da Segunda Guerra Mundial.

Em Alagoas, a elaboração de uma nova escrita da história indígena desponta com os documentos e os registros existentes nos relatórios e ofícios das *Diretorias Parciais dos Índios* e da *Diretoria Geral dos Índios*, publicados por Clóvis Antunes em 1984, e no livro: *Os Índios nas Falas e Relatórios dos presidentes da Província das Alagoas*, publicado por Almeida L. em 1999. A publicação desses documentos contribuiu para superar algumas lacunas da historiografia.

Para Oliveira R. C. (1996, p. 17), “os índios no Nordeste foram considerados misturados aos nacionais pelo governo provincial e tiveram seus aldeamentos extintos na segunda metade do século XIX”, período em que a execução da política indigenista imperial esteve sob a incumbência da Diretoria Geral dos Índios, em Alagoas Direção Geral dos Índios. Com o advento da República, foi criado, em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), com a finalidade de atender às necessidades do desenvolvimento econômico, tendo em vista os conflitos entre os índios e as frentes de expansão da sociedade nacional com a construção de estradas, instalações de linhas telegráficas, etc. A atuação deste órgão no nordeste ocorreu a partir do final da década de 1920 com a instalação de Postos Indígenas (PI): uma história que foi marcada pelo reconhecimento da permanência dos povos indígenas habitantes em locais de antigos aldeamentos, depois da sua extinção (SILVA, E., 2012).

O estudo sobre os povos indígenas de Alagoas aumentou nos últimos 30 anos em decorrência das ações de outros grupos organizados que se mobilizam por melhores condições de vida e resistem aos processos de silenciamento de suas histórias. Ferreira (2011, p. 48) lembrou ser possível e lamentável afirmar que “os indígenas que ocuparam o território alagoano desde o período de perseguição e ‘fugas’ se estenderam sistematicamente até as décadas de 1970 e 1980”, período quando os indígenas juntaram-se a outros movimentos sociais, com apoio de ONG’s e do Conselho Missionário Indigenista (CIMI) para reivindicarem, a princípio, a terra. Logo surgiram outros pontos em pauta, relacionados ao movimento indígena no Brasil, como por exemplo, as mobilizações por uma educação específica e diferenciada.

Uma das fontes consideradas importantes para entender a História indígena em Alagoas são as falas e os “relatórios provinciais das Alagoas”. Essas fontes de pesquisa servem de apoio para entender o contexto social e político da época, principalmente no que se refere à extinção dos aldeamentos existentes na província.

Os relatórios representam bem mais do que uma simples atividade de rotina e é, justamente por isso, que é uma retórica enunciativa para compreender o período da extinção dos aldeamentos como uma representação de acelerar o processo de integração dos índios, principalmente de seus territórios, à sociedade nacional.

Desse modo, quando o indígena aparece nas falas e nos relatórios, surge sublinhado, justamente, o contraste entre os interesses dos índios e do senhorio. Assim, tudo flui, imediatamente para o problema da terra. É claro que o problema das relações não se esgota na terra, mas a torna argumento central. É nesse rumo que se constrói o ponto de partida da destruição da vida indígena.

Documento Nº 28 – O Presidente da Província autorizado pelo Aviso do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, datado de 17 de Junho último, sob o nº 3, declara extintos todos os aldeamentos de Índios existentes nesta mesma Província, ficando incorporadas as terras de domínio público às sesmarias pertencentes aos referidos aldeamentos, na conformidade do aviso citado e determina que neste sentido se expeçam as necessárias comunicações às autoridades competentes, a fim de se tornar efetiva semelhante providência. Palácio do Governo das Alagoas, Maceió, 03 de julho de 1872 (ALMEIDA, L., 1999, p. 78).

A História de Alagoas, quando se formalizou, discutiu o indígena como elemento que não estava no cenário político. O primeiro aspecto enfatizado foi a respeito da função civilizadora, fundando a expectativa branca com relação ao índio; essa função civilizadora ocorreu de uma condição fundamental: a catequese. O segundo aspecto, refere-se à miscigenação, ao desaparecimento do índio para dar lugar ao caboclo e o terceiro, é a propriedade da terra. De acordo com Silva E. (2015, p. 04):

[...]contrariando todas as previsões trágicas, os povos indígenas no Brasil ao longo dos anos de mais de cinco séculos da colonização, elaboraram diferentes estratégias de resistência. Seja por meio das guerras ou dos confrontos e também pelas alianças, as acomodações e adaptações ou as simulações.

Nas últimas décadas, o processo de resistência dos povos indígenas tem aumentado. Vários povos indígenas assumiram o protagonismo sociopolítico, diferentemente do momento em que tiveram de negá-lo, como forma estratégica de garantir a existência (ALMEIDA, L., 2004). Maria dos Prazeres Albuquerque (2005), integrante do Conselho Missionário Indigenista (CIMI) em Alagoas, relatou o processo de ressurgimento das populações indígenas no estado.

Antes aqui nesse estado, apenas dois povos eram reconhecidos e bastante conhecidos pela sociedade alagoana: os Xucuru-Kariri em Palmeira dos Índios e os Kariri-Xocó em Porto Real do Colégio. [...] Nesse momento, o Brasil estava querendo que os índios fossem exterminados ou então que se tornassem cidadãos brasileiros e aí eles já sabiam dessas informações e já se movimentavam entre si e começaram a nos apresentar outros povos [...]. A partir daí, começou a entrar o conteúdo político [...] (ALBUQUERQUE, 2005, p. 25).

426

Existe a pressão no sentido de afirmar e dar continuidade a sua descendência (histórico-ancestral), com o propósito de construir um nome, uma identidade (étnica) específica e diferenciada; possibilitando, dessa forma, a construção de uma “nova” história entre seus “novos” aspectos, tanto ritualístico quanto político, cultural, histórico e social (AMORIM, 2003).

As aproximações das reflexões da Antropologia com a História produziram resultados muito frutíferos para as pesquisas sobre a temática indígena: “o diálogo entre História e Antropologia, no Brasil, sobre os índios do Nordeste representa um reposicionamento político da História diante da trajetória dos grupos indígenas da região” (SILVA JÚNIOR, 2011, p. 9). A pesquisadora Maria Regina Celestino de Almeida, no livro *Metamorfoses indígenas* (2003), realizou uma reflexão inovadora sobre os aldeamentos indígenas, entendendo-os como espaço de resistência e ressignificação étnica. Esse livro foi um marco nas abordagens da chamada nova história indígena no Brasil, em uma narrativa que evidencia os índios como agentes sociopolíticos na História.

O pesquisador francês Roger Chartier (1988), em sua obra *A História Cultural entre práticas e representações*, chamou a atenção para uma leitura da História que identificasse o modo como em diferentes lugares e momentos uma situação social é construída, pensada, dada a ler.

Do final do século XIX ao início do século XX, as elites e o Estado produziram uma invisibilidade dos povos indígenas em Alagoas. Pesquisas e estudos sobre esse período são fundamentais para se compreender a

reconfiguração geopolítica nos anos seguintes pelos atuais povos indígenas em Alagoas.

Na documentação publicada nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL), os indígenas Kariri-Xocó e Xukuru-Kariri foram constantemente mencionados. Os textos de Carlos Estevão de Oliveira em 1942 (OLIVEIRA, C., 1942) e Clovis Antunes, na década de 1980 (ANTUNES, 1984), marcaram um momento importante na escrita sobre os povos indígenas em Alagoas. Posteriormente, surgiram novos relatos em que foi citado o povo indígena Wassu-Cocal, habitante no município de Joaquim Gomes. Nessa mesma época, foram referenciados os Jiripancó em Pariconha, no Alto Sertão alagoano. Das décadas de 1980 a 2000, outros povos indígenas foram oficialmente reconhecidos, somando os atuais 12 povos indígenas em Alagoas⁵.

427

O conhecimento histórico é temporal, parcial e estará sempre em construção e movimento. O conhecimento deve estar sempre aberto a novas leituras e interpretações. Nesse sentido, a história indígena em Alagoas deve ser considerada como movimento, pensada a partir de suas permanências e transformações internas, com os povos indígenas interagindo com outros grupos humanos, sem perder de vista as especificidades dos indígenas.

Segundo Almeida L. (1999, p. 205), “a historiografia alagoana, quando se formaliza, trabalha o índio como elemento que não estava no cenário político”. Ao que tudo indica, esse movimento ocorreu em nível nacional. E o resultado desse processo foi semelhante para os setores populares de nossa sociedade, porque, como afirmou Mariano (2006, p. 42-43), “a historiografia didática acompanhou as discussões teóricas sobre a temática indígena que povoaram a mente de cronistas e viajantes do século XVI, de pensadores do oitocentos até a contemporaneidade”.

O não (re)conhecimento dessa situação, implica, por exemplo, na falta de legitimação, por parte da sociedade civil, quanto à condição da identidade étnica dos índios em Alagoas, reivindicada até então. Almeida M. (2010, p. 20-21) ressalta que “ser ou não ser índio implica ganhar ou perder direitos, e isso não acontece apenas em nossos dias”.

Estratégias de resistência também foram evidenciadas pelo pesquisador Edson Silva, observando na documentação da Diretoria dos Índios em Alagoas os pedidos de dispensa de indígenas ao declarar estarem enfermos, casando-se ou mesmo vestindo-se de mulher para evitar o recrutamento compulsório como “voluntários da pátria” para a Guerra do Paraguai. Ou então, quando barganharam a participação naquele conflito em

⁵ Xukuru-Kariri, Kariri-Xocó, Karapotó, Aconã, Tingui-Botó, Jiripancó, Kalancó, Karuazu, Katokinn, Koiupanká, Wassu-Cocal e Pankararu. Fonte: SEE/AL, 2017.

reivindicações perante o Estado, como foi o caso dos Xukuru-Kariri (SILVA, E., 2007).

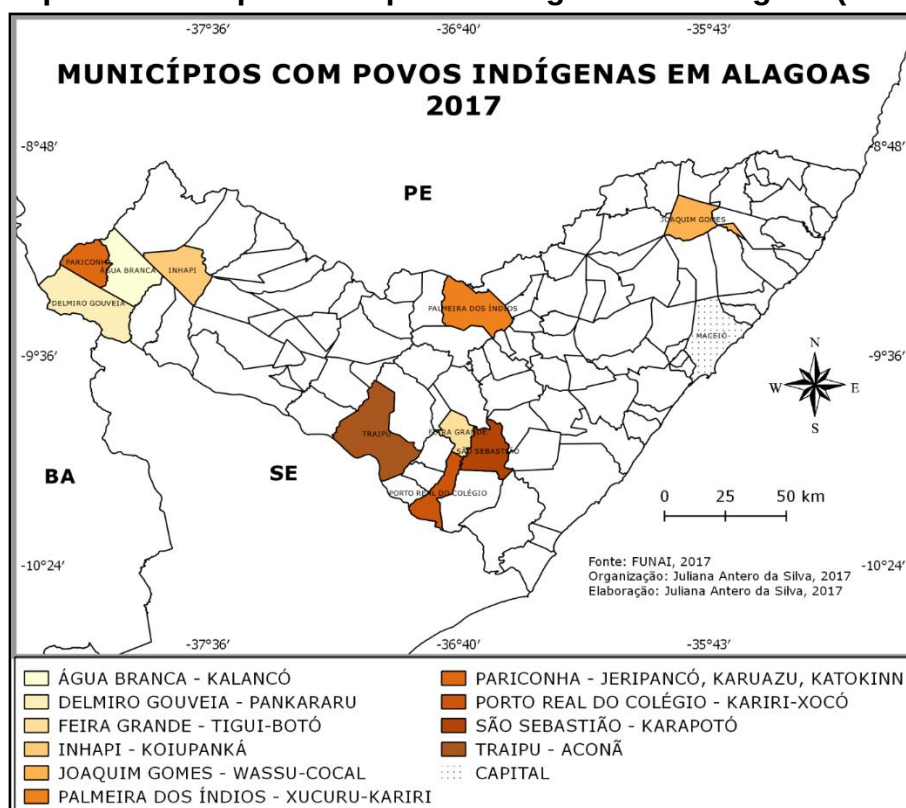
A partir da década de 1970, os índios representados por suas lideranças começaram a discutir sobre sua existência, fortalecendo suas reivindicações e um movimento. Isso estimulava outros povos a participarem e retomarem suas práticas socioculturais, assumindo-as publicamente, pois continuavam a praticar seus rituais até então silenciados.

A história indígena é desafiadora, contribuindo e estimulando o pesquisador para investir cada vez mais nos estudos, com o desejo de externar as experiências dos indígenas, tendo-os como protagonistas de sua própria história, apresentando suas dificuldades e até suas resistências a todas as formas de preconceito, que partem dos mais diversos segmentos da nossa sociedade. Tal investimento, por parte do pesquisador, favorece para que em um futuro próximo, as sociedades, sejam indígenas ou não, convivam respeitando o direito de ir e vir de cada um, reconhecendo as diferenças, mas que isso não seja um fator para distanciamento ou qualquer tipo de indiferença e, sim, um motivo para estabelecer o convívio, compreendendo que é possível viver bem em um lugar em que se tenham múltiplas expressões socioculturais e conhecimentos do mundo.

A reflexão da História é um olhar sempre do presente. As relações com o passado ocorreram pelas tensões do presente, justificando a realização desta pesquisa, pois, contribuir para a reescrita da história de Alagoas, a partir dos povos indígenas, é reconfigurar o lugar dos sujeitos em seu tempo. Não seria possível reescrever a história das Alagoas Colonial e Imperial sem considerar as presenças indígenas inseridas ou fora dos projetos de Estado, e o contrário também é válido. Qualquer escrita, com este recorte temporal, não deve deslumbrar-se com o chamado progresso produtivo ocidental como única perspectiva possível para toda humanidade.

Para entender o processo de mudanças sociopolíticas significativas e as populações indígenas em Alagoas é necessário situar que, em Alagoas, atualmente, existem doze povos indígenas habitando na região do Alto Sertão: os Jiripancó, Karuazu, Katokinn, no município de Pariconha; o povo Pankararu, em Delmiro Gouveia; os Kalankó, em Água Branca; os Koiupanká em Inhapi; na região do Agreste: os Xukuru-Kariri, no município de Palmeira dos Índios; nas proximidades do Rio São Francisco, habita o povo Kariri-Xocó, no município de Porto Real do Colégio; os Karapotó em São Sebastião; os Aconã em Traipu e os Tigui Botó no município de Feira Grande; e, na Zona da Mata, habitam os Wassu-Cocal, no município de Joaquim Gomes (Mapa 1).

Mapa 1 - Municípios com povos indígenas em Alagoas (2017)



Fonte: FUNAI (2017).

Elaboração e organização: Juliana Antero da Silva (2017).

Verificando o último Censo Demográfico (IBGE, 2010) e os dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) de 2017, que informa sobre população indígena em Alagoas, é possível perceber e entender que o estado tornou-se um campo fértil para os estudos e pesquisas sobre os povos indígenas, em que é possível discutir sobre a vida nordestina, tomando o índio como figura política essencial. E que cada povo tem suas especificidades, memórias e histórias distintas. Com o processo de ocupação das terras indígenas em Alagoas, mais de 30 povos foram exterminados pelas guerras e doenças introduzidas pelos colonizadores. Outros povos indígenas tiveram suas terras invadidas reduzidas.

O Estado brasileiro, supostamente com o intuito de combater as atrocidades e diversas violências contra os povos indígenas, criou em 1911, o SPI, para promover a aculturação e a integração dos índios na sociedade nacional; porém, esse processo não foi efetivado devido à resistência histórica dos indígenas; após a extinção do SPI em 1967, foi criada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Halbwachs (2003, p. 15) afirmou que “somos então levados ao estudo dos acontecimentos humanos mais simples, tais como eles se representam na vida real, no discurso das múltiplas dramatizações, em que se defrontam os

papéis reais e imaginários, as projeções utópicas e as construções arbitrárias”. Nessa perspectiva, na história de um grupo humano não há um único movimento seguindo em linha reta, mas vários, em direções diferentes. Nesse sentido, os indígenas projetam-se para existirem na sociedade nacional, ao mesmo tempo em que resistem para afirmar a vida indígena com suas práticas e expressões socioculturais específicas.

A história dos indígenas em grande parte se traduz também pela oralidade, mantendo-se viva, principalmente, com os mais velhos. Benjamin (1994), em sua obra *Os narradores*, lembrou que a oralidade, a experiência de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores, e que, atualmente, está em baixa. Existem, portanto, nos povos indígenas, conhecimentos contidos nas lembranças, que não foram assimilados pela escrita; são experiências narradas de grande valor para a reescrita da história dos indígenas e de Alagoas.

O pesquisador Grupioni (1992) constatou que este conhecimento acadêmico produzido sobre os índios não tem tido o impacto que poderia ter sobre os conhecimentos escolares. Os índios continuam sendo pouco conhecidos e muitos estereótipos sobre eles permanecem expressos. A imagem de um índio genérico, estereotipado, vivendo na mata, morando em ocas e tabas, cultuando Tupã e Jaci, continua sendo ensinado.

As produções dos conhecimentos indígenas foram construídas em relações políticas de tensões e conflitos, que implicando numa “escolha” possível ou não seria significativo para determinado povo indígena. A legitimação desses conhecimentos constituía-se entre os povos indígenas com a sociedade local ao longo da História do Brasil e, nesse sentido, considerando como ciências indígenas tudo o que expressam e fazem como os povos específicos⁶.

Resultados e Discussões

O texto que constitui este artigo foi construído a partir de algumas reflexões sobre a história dos povos indígenas no Brasil e Alagoas. Por ser uma pesquisa qualitativa, que objetiva evidenciar os significados atribuídos pelos sujeitos ao fenômeno.

A partir do que foi indicado consideramos que o processo de reconhecimento dos povos indígenas assume um papel importante,

⁶ José Nunes de Oliveira (2000), indígena Kariri-Xokó, definiu a religião Católica Romana na cidade como integrada. Convencionou-se denominar essas práticas como “conhecimentos integrados”, uma forma de diferenciar, sem minimizar, as experiências específicas dos indígenas, o que os distingue dos demais moradores no município.

defendendo os interesses dos territórios por meio de uma mediação intercultural presentes nos diversos espaços.

Nesse sentido, foi possível refletir sobre a presença dos povos indígenas na formação do Brasil e particularmente em Alagoas, a partir da nova História indígena em que se busca conhecer ações e interpretações de sujeitos, diante de realidades diversas ao longo da História do Brasil. Entendo que as ações dos povos indígenas devem ser observadas a partir de suas experiências socioculturais e específicas. Uma análise nesse sentido só se tornou viável com a recusa da noção de cultura estática, que engessa as ações dos sujeitos históricos. Para isso, foi necessário aproximar-me da História, da Antropologia e do pensamento indígena.

Considero as memórias ou as experiências como os principais aspectos da expressão de resistência dos indígenas. Assim, refletir sobre a experiência, o trabalho, a educação e os movimentos sociais, significa pensar sobre a própria vida humana, como dimensões históricas indissociáveis.

As ações dos sujeitos indígenas foram observadas a partir das suas experiências sociais e culturais específicas, com objetivos próprios. Uma análise nesse sentido tornou-se viável com a recusa da noção de cultura estática, que engessam as ações dos sujeitos históricos. O importante foi compreender o indígena como sujeito histórico agindo conforme sua leitura do mundo, baseado em seus códigos socioculturais (MONTEIRO, 1999, p. 248). Para isso, foi necessário aproximar as reflexões da História e da Antropologia; ofício cerne para interpretar a alteridade no lugar estudado. No livro *Apologia da História ou o ofício do Historiador*, Marc Bloch (2001) refletiu acerca da memória coletiva. Embora trate especificamente da sociedade feudal, o referido livro parece bastante útil para pensar outras sociedades, em outros momentos históricos.

Estudar os povos indígenas em Alagoas, especificamente é compreender os processos de silenciamento que ocorreram na História; é entender que esse povo indígena vem se afirmando com suas memórias e História, por meio de processos de resistências. É, portanto, muito importante pensar nas questões envolvendo a existência de uma escola “diferenciada”. No passado, existiram poucas possibilidades do “respeito” às diferenças, uma vez que os modelos de escolas indígenas foram formulados fora do espaço indígena e sem a participação desses sujeitos durante o processo de construção.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli E. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Líber, 2005.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. Uma pequena introdução. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ANTUNES, Clóvis. **Índios de Alagoas**: documentário. Maceió: EDUFAL, 1984.
AMORIM, Siloé. **Índios ressurgidos**: a construção da auto-imagem dos Tumbalalá, os Karuazu, os Catokinn e os Koiupanká. Campinas: Edição do autor, 2003.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. (Org.). **Os índios nas falas e relatórios dos Presidentes da Província das Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 1999.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto, 1994.

432

BANIWA, Gersem. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Povos Indígenas: conhecer para respeitar. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida et al. (Orgs.). **Povos Indígenas e Educação**. 2. ed. Porto Alegre: Medição, 2012.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 46. ed. São Paulo: Global, 2004.

FERREIRA, Gilberto Geraldo. Lembranças de Antônio Celestino: Pajé Xucuru-Kariri. In: ALMEIDA, Luiz Sávio et al. (Orgs.). **Índios de Alagoas**: memória, educação, sociedade. Maceió: EDUFAL, 2011.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). **Índios no Brasil**. São Paulo, Secretaria da Cultura, 1992.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, FGV, vol. 1, n. 1, 1988, p. 5-27.

- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.
- LUCINI, Marizete. Pesquisa em Educação: interfaces, experiências e orientações. In: SOBRAL, Maria Neide *et al.* (Orgs.). **Fenomenologia-Hermenêutica: uma experiência metodológica**. Maceió: EDUFAL, 2016.
- MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. **A representação sobre os índios nos livros didáticos de História do Brasil**. (Dissertação de Mestrado em História). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2006.
- MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo**. Tese (Livre Docência em Antropologia). Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra - Índios e Bandeirantes Origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas. In: NOVAES, Adauto. (Org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Orgs.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores do 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/Unesco, 1995.
- OLIVEIRA, Carlos Estevão de. **O ossuário da “Gruta-do-Padre” em Itaparica e algumas notícias sobre remanescentes indígenas do Nordeste**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.
- OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, nº 1, 1996, p. 12-37.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. Terra e trabalho: Indígenas na Província das Alagoas. In: MACIEL, Osvaldo (Org.). **Pesquisando (n)a província: economia, trabalho e cultura numa sociedade escravocrata (Alagoas, século XIX)**. Maceió: Q gráfica 2011.
- SILVA, Edson. Índios no nordeste: por uma história socioambiental regional. **Cadernos do CEAS (Centro de Estudos e Ação Social): Revista crítica de humanidades**. Salvador, n. 240, p. 117-136, 2017.

SILVA, Edson. Xukuru: A conquista do Posto. O início da atuação do SPI entre os Xukuru de Ororubá (Pesqueira/PE). In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. (Org.). **Memória dos SPI**: textos, imagens e documentos sob o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio/FUNAI, 2012, p. 274-283.

SILVA, Edson. Os índios e a civilização ou a civilização dos índios? Discutindo conceitos, concepções e lugares na história. **Boletim do Tempo Presente**, São Cristóvão, v. 10, nº 1, 2015, SILVA, Edson. Os índios e a civilização ou a civilização dos índios? Discutindo conceitos, concepções e lugares na história. **Boletim do Tempo Presente**, São Cristóvão, v. 10, nº 1, 2015, p. 1-12.